

música, esquecendo que a estrutura da obra musical é intrinsecamente um produto da interação social.

As conclusões de Petracca para uma estética musical da alteridade baseada na filosofia da linguagem de Bakhtin permitem sublinhar o carácter comunicacional da música, tanto como género primário como secundário, num contexto de comunicação discursiva imediata ou num contexto de diálogo representado. Petracca mostra como uma aproximação a Bakhtin é reveladora das relações dialógicas entre os diferentes sujeitos que participam do evento musical. Destaca ainda os aspetos e valores constitutivos da obra musical que são compreendidos por meio dessa relação de alteridade. O grande contributo desta perspetiva para o pensamento filosófico sobre música é a sua capacidade de inclusão da Música, como um todo, nas propostas que apresenta. Petracca promove verdadeiramente um diálogo e uma abertura entre as áreas de pesquisa sobre música que, tendencialmente, se desenvolvem no sentido de uma especialização fragmentária e unilateral, como as pesquisas etnomusicológicas, as investigações analíticas da musicologia ou, acrescentaria eu, como a Filosofia da Música, que se centra e concentra sobretudo na música de tradição escrita do contexto estético e cultural do ocidente. O autor aponta, assim, para uma estética musical desvinculada de preconceitos, abrangente e agregadora da alteridade do outro e de outras músicas. O livro *Música e Alteridade: uma abordagem bakhtiniana* exorta uma mais ampla reflexão sobre a música na filosofia, deixando ainda um convite a futuras e promissoramente profícuas investigações que aproximem as propostas de Bakhtin ao pensamento sobre a obra de arte.

Margarida Teixeira Neves

Unidade I&D Instituto de Estudos Filosóficos  
nevesmargarida87@gmail.com

DOI: [https://doi.org/10.14195/0872-0851\\_55\\_10](https://doi.org/10.14195/0872-0851_55_10)

Frédéric Gros. *Désobeir*. Paris: Albin Michel/Flammarion, 2017, 265 pp. ISBN: 978-2226395283,

Até que ponto é legítimo obedecer? Em torno desta questão central, Frédéric Gros constrói um contundente ensaio sobre a política contemporânea e, ainda mais precisamente, sobre nossa relação cotidiana com os desmandos que imperam na vida pública: as muitas contradições do sistema democrático; os discursos de ódio; a *langue de bois* do mundo político; as desigualdades que proliferam a largos passos, mescladas a discursos de integração, igualdade, liberdade.

Certo torpor toma conta das pessoas, que correm o risco de se ver cada vez mais destituídas de autonomia para reagir, para fazer frente a um quadro onde o abuso de poder se dá nas filigranas. Há também certa anemia da participação política e, neste contexto, a obediência se pode converter em desresponsabilização

de si para si mesmo, diante das urgências éticas da vida. Eis um cruzamento chave da obra em pauta: obedecer as leis equivale necessariamente a ser responsável?

Frédéric Gros inaugura este debate afirmando que aceitamos o inaceitável. Noutros termos, existe já um panorama tão grave que justificaria o que ele denomina como “dissidência cívica”. Este panorama é descrito através de três situações intoleráveis, que não obstante, como dito acima, aceitamos de modo mais ou menos dócil: a primeira diz respeito ao aprofundamento das injustiças sociais e das desigualdades de fortuna. “O duplo processo de enriquecimento dos ricos e de empobrecimento dos pobres provoca o colapso progressivo da classe média” (13), a qual foi, segundo o autor, responsável por impor certos limites à extrema pobreza e à extrema riqueza. Juntamente a esse colapso, ideias reguladoras que serviam de base à compreensão do mundo democrático, utilidade geral ou bem público, também acabam por desbotar, por perder o vigor e o brilho que tinham ao menos como pano de fundo, como ideal de coordenação do espaço comum. “Falar de injustiça, acrescenta Gros, tornou-se obsoleto. Nós estamos na era da indecência” (14). A fria linguagem do formalismo matemático entra em cena para justificar as ações governamentais, tendo como base sobretudo saldos e débitos, juros e promessas de receita. As pessoas também desbotam diante das estatísticas, já não estão mais no horizonte palpável das preocupações dos gestores públicos.

O segundo inaceitável é a degradação progressiva do meio-ambiente. O uso abusivo dos recursos é estimulado por um modo de vida onde o consumo se apresenta como uma espécie de *soma* – para lembrar o *Admirável mundo novo*, de Huxley, também citado pelo autor. O império da técnica é outro elemento a impulsionar essa busca frenética de consumo que tem como contrapartida uma potência latente de desumanização (128). “Se por séculos tentamos nos proteger da Natureza por meio da técnica, doravante é a Natureza que precisa ser protegida da técnica” (15). A terceira situação inaceitável diz respeito ao processo contemporâneo de criação de riquezas, que aponta para o caráter difuso, complexo e proteiforme do capitalismo. O capitalismo contemporâneo encontrou uma forma ainda mais desumanizadora que a exploração do trabalho para produzir riqueza, a saber, através do endividamento e da especulação, gerando como subproduto uma desvalorização gradativa do próprio trabalho.

Essas três figuras do inaceitável estão intimamente interligadas, na medida em que se retroalimentam para gerar um sistema de vida onde a lógica do excessivo se faz presente nas mais variadas facetas do cotidiano. Não se trata apenas de sobre-trabalho (*surtravail*) e de sobre-valor (*survaleur*), denunciados por Marx, mas também de sobre-corpo (*surcorps*), de sobre-saber (*sursavoir*) e de sobre-obedecer (*surobéir*) (65, 66) – e acrescentaríamos, ainda, de sobre-informar, na medida em que a informação em abundância é usada de forma estratégica para encobrir, como espetáculo que se basta e justifica em si mesmo, tal qual o denuncia Agamben (veja-se G. Agamben (1996). *Means without End. Notes on Politics*. Translated by Vincenzo Binetti and Cesare Casarino. Minneapolis:

University of Minnesota Press, 2000). Esta superabundância nos gestos denuncia a operação da lógica do excessivo e do supérfluo, que nos faz mais obedientes do que deveríamos, mais obedientes do que seria sensato ou responsável. E é justamente pela via do excesso que o poder político se perpetua, acrescenta Frédéric Gros. “O próprio do supérfluo é que jamais temos o suficiente” (233). Essa *surenchère* contínua e reiterada favorece a criação de inúmeros dispositivos de controle, que se estabelecem pela via do excesso de ofertas às demandas forjadas pela estimulação ao consumo desenfreado: de bens, de prazeres, de fórmulas políticas *prêt-à-porter*; de pessoas. Isso favorece a desmobilização coletiva e, em última instância, a desresponsabilização pessoal pela via de uma obediência acrítica. Estamos uma vez mais, no cenário do *Admirável mundo novo*.

“O capitalismo de massa produz comportamentos padronizados: ao submergir os indivíduos numa cultura açucarada, ao uniformizar os modos de consumo, ao normalizar os desejos. Cada qual se sente verdadeiramente autêntico, radiante, integrado, *democrático* a partir do momento em que possui e pode exibir aquilo que é comercialmente constituído como um objeto do desejo de todos; atribuindo-se, no espectro do conformismo generalizado, a ínfima variação preestabelecida onde acredita decidir sobre sua própria unicidade” (117). Como escapar a esse panorama que nos conduz quase inelutavelmente a formas mais ou menos claras de sujeição, e que pode chegar às raiais de um *suivisme aveugle* (103)? Nesse quadro geral de conformismo, onde a abundância de referências revela nossa solidão quase absoluta, a submissão e a obediência acabam servindo como formas de defesa, que garantem o parco “conforto de não ser mais responsável” (29).

Com efeito, a questão inaugural do trabalho de Frédéric Gros porta justamente sobre a facilidade com que nos colocamos de acordo sobre a desesperança da ordem atual do mundo, e ao mesmo tempo temos tanta dificuldade para fazer frente a isso, tanta resistência a desobedecer e romper com certa inércia fatalista alimentada pelo conformismo (19).

A tendência a uma obediência acrítica surge como corolário dessa situação de desesperança e é delineada pelo autor através das figuras da submissão, da subordinação, do conformismo, do consentimento e da obrigação, cujos contrapontos são, respectivamente, a rebelião, a resistência, a transgressão, a desobediência civil e a dissidência cívica (39,40). A sucessão de capítulos do livro mostra o quanto essas figuras vão pouco a pouco colocando em cena o eixo central de sua análise, que é também o elemento chave para se superar, tanto quanto possível, a desresponsabilização inerente às formas cegas de obediência: o princípio da responsabilidade indelegável (203).

O antípoda desse princípio de responsabilidade vem descrito no espectro de Eichmann, através do qual Frédéric Gros mostra a diferença radical, “na dialética vertiginosa da responsabilidade e da obediência” (125) entre irresponsabilidade e desresponsabilização. Enquanto a irresponsabilidade põe em cena

uma incapacidade – de tomar uma decisão quando a urgência se apresenta, de pensar no amanhã e não apenas no dia a dia, de ser cuidadoso consigo e com os outros; a desresponsabilização é uma operação mais complexa, ou até mesmo calculada. Trata-se de agir, executar, cumprir ordens sob um fundo de certeza de que nisso tudo o eu não intervém e que, por conseguinte, não é responsável: *Estava apenas cumprindo ordens*. Há nisso, afirma Frédéric Gros, um espírito de cálculo. E não é difícil escutar aqui o eco dos muitos agentes de estado que se utilizam desse expediente, do torcionário dos calabouços ao burocrata que se aproveita de seu posto para humilhar, ambos os casos salientando que no âmago da sobre-obediência (*surobéissance*) pulsa *l'énigme d'une jouissance, le secret d'une complaisance* (101). Por isso, Hanna Arendt nunca cessou de afirmar – apesar das muitas incompreensões de que foi alvo, lembra Frédéric Gros – que Eichmann é responsável de seus atos e que sua condenação é justa, mas não por ele ser um monstro moral (132). A monstruosidade em questão é a da terrível normalidade, e da docilidade com que se cumpre ordens: “cada um é responsável de sua sobre-obediência” (133).

Mas a questão de fundo, se sairmos deste extremo que Eichmann representa, é o quanto cada qual se desresponsabiliza cotidianamente face às urgências da vida. “Até que ponto estaríamos dispostos, *por pura docilidade*, a nos transformarmos em torcionários?” (137). Ainda que não cheguemos a este limite extremo da desumanização, o problema colocado é o quanto efetivamente, por pura docilidade, cedemos à miséria de nossos conchavos (*compromissions*) perpétuos, conforme a provocação do cínico Diógenes (113). O preocupante é o quanto nos apoiamos na impessoalidade que garantiria uma superfície de objetividade. Retornamos aqui ao problema da gestão do mundo atual, do apego às estatísticas como elemento decifrador da vida em comum e delineador de políticas públicas. “O conformismo moderno, lembra o autor, faz surgir uma igualdade que é, desta feita, de normalização. Através desta, a ordem do mundo se nos torna aceitável, e mesmo quase desejável” (118).

A extensão do problema da responsabilidade se apresenta aqui, e será desenvolvida ao longo de um debate que traz à tona dois personagens maiores, representantes do que seria o exercício de uma responsabilidade crítica, a qual se exerce muitas vezes por meio da desobediência civil (lembrando aqui Thoreau e também La Boétie), mas sobretudo através do que é denominado dissidência cívica: Antígona e Sócrates. Pois não se trata de uma responsabilidade qualquer, e tampouco de uma desobediência *au hasard*. À pergunta lançada no início de seu trabalho – por que e como obedecemos? – acrescenta-se uma outra: “Até que ponto desobedecer é *responsável*?” (205)

A responsabilidade, aqui, não é a do dirigente político, nem a do presidente de empresa, tampouco a do *donneur de leçon*, do homem *responsável*, “com ar um pouco duro, gesto vivo, palavra penetrante. Esta espécie de homem adora

designar seus *conchavos* (*compromissions*) pelo valoroso nome de *compromisso*". O que Frédéric Gros quer salientar é a responsabilidade *ilimitada*, a qual não está ligada a padrões de eficácia, como se poderia esperar dos homens responsáveis de hoje, mas sim a um momento de convocação que faz surgir um *sujeito*<sup>1</sup> (206).

Contrariamente à ação submissa da sobre-obediência, na qual "o agente não é o autor" (49), a responsabilidade ilimitada é da ordem de um apelo, de si para si mesmo diante da vida; é integral, absoluta, infinita e global. Cada um desses atributos da responsabilidade convoca à ação a partir de um determinado ângulo. Da ontologia à ecologia, nossos gestos perdem a obviedade quando observados mais atentamente, e o atravessamento ético é radical, indepassável e, em grande medida, insustentável. Ser responsável, nesse sentido, é equacionar o sentimento de que um fardo pesa sobre o próprio ombro com a experiência de se compreender que esse fardo é indelegável.

"Estes cumes da responsabilidade são irrespiráveis" (213), afirma Frédéric Gros, e no entanto é preciso fazer face a suas escarpas íngremes, sob pena de se perder o pouco que nos humaniza. Este lugar de uma verdade impossível, designado, de longe, por filosofias mais vigorosas, salienta o entrelaçamento entre o eu indelegável (173, 175, 181), a ação no mundo e as muitas formas de esquiva dessa convocação radical à responsabilidade. A tentação da obediência cega, bem como a de convocar outros a esta obediência, surge precisamente como estratégia de evasão deste apelo a agir de forma confiante nas hesitações da consciência (203).

Da submissão à obrigação, ou da rebelião à dissidência cívica, o eu indelegável aparece como o elemento dinâmico de responsabilização de si, que conduz à possibilidade de uma desobediência ativa, tendo por ponto de referência uma reforma interior e a exigência crítica. Este eu indelegável – "que não é o eu egoísta das preferências, nem tampouco o eu íntimo, profundo, secreto, especialidade dos psicólogos do desenvolvimento pessoal" (201) – é o que se mostra no *souci de soi*, na ética do sujeito que nos convoca a interrogarmos continuamente: "A partir de que relação a si mesmo se respeita ou se transgride a lei pública?" (39). Até que ponto se está sendo honesto consigo mesmo?

Esse é, no fundo, o elemento decisivo da reflexão de Frédéric Gros, lembrando que cuidar de si é descobrir que se está a serviço dos outros (241) e, em última instância, a serviço da humanidade inteira (204). Difícil pensar um torcionário inquietando-se com essas minúcias, ou mesmo alguém satisfeito de si, "bordando de ouro seu umbigo engelhado", como diz o poeta amazonense Thiago de Mello (T. de Mello (1981). *Mormaço na Floresta*. São Paulo: Círculo

---

<sup>1</sup> Frédéric Gros precisa que não se trata nem do *cogito* nem do *ego* transcendental, universais e por isso mesmo indefinidamente *partageables*. "Le sujet de la responsabilité, c'est au contraire moi en tant que je ne suis pas les autres" (213).

do Livro, 1988, 68). Mas é contra essa inércia moral que acaba por coisificar o outro e a si mesmo que este livro se insurge. O único antídoto ao muitas vezes mortífero *prêt-à-penser* (133) é, através do esforço, solitário e coletivo, entalhar nossas ações no mundo a partir de uma *stylistique de la désobéissance* (17).

Rodrigo Barros Gewehr

Instituto de Psicologia,

Universidade Federal de Alagoas (UFAL),

e-mail: rodrigo.gewehr@ip.ufal.br

DOI: [https://doi.org/10.14195/0872-0851\\_55\\_11](https://doi.org/10.14195/0872-0851_55_11)

Schelling, Friedrich Wilhelm Joseph: *Historisch-kritische Ausgabe. Nachlass 5. Frühe theologische und philosophische Arbeiten 1793-1795*. Herausgegeben von Christopher Arnold, Christian Buro, Christian Danz und Klaus Grottsch. Frommann-Holzboog, Stuttgart, 2016. 477 pp. ISBN 10: 3772826504

A edição crítica e histórica (*Historisch-kritische Ausgabe*) da obra de F. W. J. Schelling iniciou a sua publicação em 1976, contando hoje a público com 24 volumes. Juntamente com as edições críticas de J. G. Fichte – já completa – e de G. W. F. Hegel – igualmente completa se não se considerar os manuscritos de alunos (*Nachschriften*) ainda em publicação – essa edição schellinguiana completa o documento textual definitivo para o conhecimento dos três principais autores do idealismo alemão. A segunda série da *Edição Histórica e Crítica* de Schelling, que reúne a obra póstuma do filósofo, inclui nos seus volumes II/3 a II/5 os primeiros trabalhos teológicos e filosóficos do autor, a partir de 1790. Este volume 5 do *Nachlass* conclui com os dois últimos cadernos, datados de 1793 a 1795, a publicação dos cadernos escritos pelo jovem Schelling durante seus estudos em Tübingen. Estes cadernos continuaram a ser utilizados pelo autor, que neles continua a inscrever apontamentos até cerca de 1807.

Este volume divide-se em duas partes principais, dando a primeira testemunho da preparação teológica e histórico-filosófica de Schelling, com a publicação de sete textos que incluem, entre outros temas, apontamentos e trabalhos preparatórios para a sua dissertação de fim de curso, intitulada *De Marcione Paullinarum Epistolarum Emendatore*. São estes textos, nomeadamente, estudos sobre a teologia de Marcião e a história do gnosticismo, excertos sobre o espírito da filosofia platónica, o conhecido comentário ao *Timeu* de Platão, bem como problemas de metodologia da teologia histórica e do Cristianismo primitivo. Como segunda parte, apresentados numa secção anexa, acrescem escritos posteriormente introduzidos nos cadernos, com apontamentos sobre o belo, acerca de Fichte, Espinosa, temas de astronomia e química, além de esboços de cartas e pareceres de interesse biográfico.

O volume aplica aos textos incluídos o trabalho filológico em todos os aspectos modelar que caracteriza os volumes desta edição crítica. O aparato histórico-crítico